



ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

1º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ **RA:** _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. Os direitos da personalidade são direitos fundamentais do ser humano. Em relação a eles, não é correto afirmar que:

- A) São intransmissíveis.
- B) São extrapatrimoniais.
- C) São irrenunciáveis e inexpropriáveis.
- D) Estão sujeitos a penhora por dívidas do seu titular.
- E) São irrenunciáveis, em regra.

2. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os menores de 16 anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- B) São relativamente incapazes aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- C) Os que não puderem exprimir sua vontade, ainda que por motivo transitório, são absolutamente incapazes.
- D) Pródigos são relativamente incapazes.
- E) Menores entre 16 e 18 anos são relativamente incapazes.

3. Quanto à comoriência, assinale a alternativa correta:

- A) Trata-se de morte simultânea entre dois ou mais indivíduos que faleceram na mesma ocasião e no mesmo local.
- B) Não há transferência de bens entre os comorientes, quando parentes uns dos outros, sendo chamados seus herdeiros à sucessão.
- C) Para a caracterização da comoriência, a morte simultânea é uma presunção legal absoluta, não se admitindo prova em contrário.
- D) Todas as alternativas estão corretas.

4. Quanto à emancipação, assinale a alternativa incorreta:

- A) O ser humano é emancipado ao completar dezoito anos de idade.
- B) O menor que tiver dezesseis anos completos pode ser emancipado por concessão dos pais.
- C) O casamento mesmo quando resulta em divórcio emancipa a pessoa menor de idade.
- D) A emancipação pode ocorrer em virtude de sentença judicial.

5. O início da personalidade jurídica de uma pessoa jurídica dá-se:

- A) Pela manifestação da vontade criadora de seus membros.
- B) Pela conjugação de seus requisitos materiais constitutivos.
- C) Pela observância de seu requisito formal, ou seja, através do seu registro e (ou) autorização ou aprovação governamental.
- D) Apenas após a autorização governamental para o seu funcionamento.

6. Quanto às sociedades, é correto afirmar que:

- A) Os sócios respondem sempre solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- B) Os sócios podem provar a existência da sociedade por qualquer meio admitido em Direito, ainda que não se trate de pessoa jurídica registrada.

- C) Podem as sociedades não ter escopo de lucro.
- D) Podem ser "universitas personarum" ou "universitas bonorum".
- E) Sempre são formadas por reunião de pessoas e têm fins lucrativos.

7. Quanto aos materiais de construção, assinale a alternativa incorreta:

- A) Materiais ainda não empregados são bens imóveis.
- B) Materiais empregados na construção são imóveis por acessão física (artificial).
- C) Materiais separados transitoriamente são imóveis.
- D) Materiais que, separados do solo, são destinados à alienação como sucata, readquirem a qualidade de móveis.
- E) Na loja, os materiais de construção têm natureza jurídica de bens móveis.

8. João falece e sua herança consiste somente em dinheiro. O direito à herança de João, composta somente por dinheiro, é bem:

- A) Móvel por natureza.
- B) Móvel por definição legal.
- C) Imóvel por acessão física.
- D) Imóvel por acessão intelectual.
- E) Imóvel por determinação legal.

9. O vestido colocado à venda pela proprietária de uma loja é bem:

- A) Móvel, corpóreo, divisível, alienável e inconsumível.
- B) Imóvel, corpóreo, indivisível, alienável e consumível.
- C) Móvel, corpóreo, indivisível, alienável e consumível.
- D) Imóvel, incorpóreo, divisível, alienável e inconsumível.
- E) Fungível e não consumível.

10. Em se tratando de bens reciprocamente considerados, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A afirmação de que o dono da coisa principal é o dono da coisa acessória trata-se de presunção absoluta.

II. A coisa acessória sempre segue a sorte da principal.

III. A coisa principal é aquela que existe por si, abstrata ou concretamente.

- A) Somente I e II são corretas.
- B) Somente II é correta.
- C) Somente II e III são corretas.
- D) Somente III é correta.
- E) Somente I e III são corretas.

ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

2º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ **RA:** _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos os que estão elencados no artigo 1.º da Constituição Federal. Dentre os referidos fundamentos, é correto citar a:

- A) independência nacional e a não intervenção.
- B) construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a garantia do desenvolvimento nacional.
- C) igualdade entre os Estados e o repúdio ao terrorismo e ao racismo
- D) autodeterminação dos povos e a solução pacífica dos conflitos
- E) soberania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

2. Tendo em vista que a dignidade da pessoa humana não está expressa no caput do art. 5º da Constituição da República, pode-se afirmar:

- A) que ela é um direito fundamental como qualquer outro;
- B) que ela é um direito fundamental de carga eficaz menor em relação aos demais;
- C) que ela é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil;
- D) que ela autoriza a supressão da vida nos crimes hediondos;
- E) que ela se situa entre os direitos à vida e à liberdade.

3. Assinale a opção correta no que se refere à organização político-administrativa.

- A) Com o advento da CF ficou proibida a criação de novos territórios federais.
- B) São bens dos municípios os sítios arqueológicos localizados em seus territórios.
- C) A criação de conselhos de contas municipais depende de autorização legal específica.
- D) Segundo a CF, a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, é considerada essencial para a defesa do território nacional.
- E) São bens dos estados-membros os recursos minerais, inclusive os do subsolo, localizados em seus respectivos territórios.

4. Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, aponte a alternativa correta:

- A) Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, podendo, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes;
- B) Cabe aos Municípios explorarem diretamente ou mediante concessão os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- C) O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao quádruplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingindo o número de 36 (trinta e seis), será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de 12 (doze).
- D) O Município reger-se-á por lei orgânica votada em 2 (dois) turnos, com interstício de 15 (quinze) dias, e aprovada por 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.
- E) Compete à União legislar exclusivamente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde.

5. Assinale a opção correta no que diz respeito à defesa do Estado e das instituições democráticas, conforme disposição constitucional.

- A) Permite-se a incomunicabilidade do preso na vigência do estado de defesa.
- B) Cessado o estado de sítio, seus efeitos poderão perdurar por até sessenta dias.
- C) A CF admite restrições ao direito de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica durante o estado de defesa.
- D) O presidente da República depende de autorização prévia para decretar o estado de defesa.
- E) Na vigência do estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Congresso Nacional.

6. De acordo com as normas constitucionais que disciplinam o estado de defesa, é correto afirmar:

- A) O Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitará ao Congresso Nacional autorização para a decretação do estado de defesa, expondo os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.
- B) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado tantas vezes, por igual período, se persistirem as razões que justifiquem a sua decretação.
- C) A restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações, encontra-se entre as medidas coercitivas a serem indicadas no decreto que institui o estado de defesa, nos termos e limites da lei.
- D) Na vigência do estado de defesa, não há vedação quanto à incomunicabilidade do preso.
- E) Enquanto perdurar o estado de defesa, a prisão ou detenção de qualquer pessoa, sem a autorização do Poder Judiciário, poderá ser superior a dez dias, até o limite de trinta dias.

7. Nos termos da ordem econômica instituída e regulada pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) há a consagração de uma economia de mercado, de natureza capitalista;
- B) a valorização do trabalho humano induz ao estabelecimento de economia socialista
- C) a intervenção do Estado na atividade econômica só ocorre para aparar excessos dos empresários
- D) o Estado deve proteger os monopólios e oligopólios, por inerentes ao sistema capitalista;
- E) o consumidor deve ser protegido somente em relação a empresas transnacionais.

8. Assinale a opção correta com relação à política urbana, agrícola e fundiária e à reforma agrária.

- A) Cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.
- B) Compete aos municípios desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.
- C) O plano diretor, aprovado pela câmara municipal, obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- D) São isentas de impostos municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.
- E) Aquele que possuir como sua área urbana de até quinhentos metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

9. Considerando a disciplina constitucional para a proteção da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, assinale a opção CORRETA:

- A) Aos maiores de sessenta anos é garantida a gratuidade dos transportes rodoviários e aéreos.
- B) Entende-se como entidade familiar a comunidade formada apenas pela união entre o homem e a mulher.
- C) O direito a proteção especial do adolescente e do jovem compreende a proibição de trabalho urbano e rural aos menores de 18 anos.
- D) A lei estabelecerá o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.
- E) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em unidades terapêuticas de saúde ou em abrigos de caridade para albergue de necessitados.

10. A respeito da saúde, integrante da seguridade social, é CORRETO dizer:

A) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I - centralização, com direção única em cada esfera de governo; II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; III - participação da comunidade.

B) A saúde é direito de todos que não possam custeá-la e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

C) O sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

D) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, sem preferências.

E) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com ou sem fins lucrativos.



ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

3º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ **RA:** _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. O Direito Administrativo destaca que o Estado é constituído por três elementos originários e indissociáveis, que são:

- A) Povo, nação e governabilidade.
- B) Povo, território e Estado.
- C) Povo, território e governo soberano.
- D) Povo, soberania e Estado.
- E) governo soberano, organização do Estado e atos administrativos.

2. A Administração Pública, em sentido objetivo, abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo.

ASSIM

A Administração Pública abrange o fomento, a polícia administrativa e o serviço público.

É correto afirmar que:

- A) as duas afirmações estão corretas.
- B) as duas afirmações estão incorretas.
- C) a primeira afirmação está correta e a segunda afirmação esta incorreta.
- D) a primeira afirmação está incorreta e a segunda afirmação está correta.
- E) as duas alternativas estão corretas e a segunda complementa a primeira.

3. Sobre os princípios que regem a administração pública, é incorreto afirmar que:

- A) o princípio da moralidade exige que o administrador se pautar por conceitos éticos;
- B) corolário do princípio da igualdade é a vedação de se estabelecer diferenças em razão de sede ou domicílio dos licitantes;
- C) o princípio da supremacia do interesse público decorre da posição privilegiada dos órgãos e entes públicos encarregados da preservação do interesse público;
- D) em decorrência do princípio da hierarquia, que é restrito às funções administrativas e não aplicáveis às funções tipicamente legislativas e judiciais, a Administração Pública possui a prerrogativa de avocar atribuições, e também de rever os atos dos subordinados;
- E) A Constituição Federal prevê, expressamente, os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e razoabilidade.

4. Paulo, delegado de polícia, atendia com presteza e gentileza apenas algumas pessoas na cidade na qual exercia seu mister. Paulo feria o seguinte princípio da administração pública;

- A) eficiência
- B) moralidade
- C) supremacia do interesse público
- D) publicidade
- E) impessoalidade

5. ANALISE AS AFIRMATIVAS A SEGUIR.

O PODER JUDICIÁRIO PODE EXERCER O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, QUER NO QUE TANGE À CONFORMIDADE DOS ELEMENTOS VINCULADOS COM A LEI (CONTROLE DE LEGALIDADE "STRICTO SENSU") QUER NO QUE TOCA À COMPATIBILIDADE DOS ELEMENTOS DISCRICIONÁRIOS COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONALMENTE EXPRESSOS (CONTROLE DA LEGALIDADE "LATO SENSU"), DECRETANDO SUA NULIDADE, SE NECESSÁRIO

PORQUE

SÃO ELEMENTOS DO ATO ADMINISTRATIVO O SUJEITO, A FORMA, O OBJETO, O MOTIVO E A FINALIDADE.

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.

- A) A primeira afirmativa é falsa e a segunda verdadeira.
- B) A segunda afirmativa é falsa e a primeira verdadeira.
- C) As duas afirmativas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- D) As duas afirmativas são verdadeiras, mas a segunda não justifica a primeira
- E) As duas afirmativas são falsas.

6. Assinale a alternativa que apresenta duas características da competência do ato administrativo

- A) hierarquia e finalidade
- B) imprescritível e improrrogável
- C) limitabilidade e hierarquia
- D) imperatividade e finalidade
- E) modificável e prescritível

7. A locação de imóvel, para nele funcionar determinado serviço público, será uma modalidade de contratação que

- A) depende de prévia licitação, em qualquer caso
- B) pode dispensar a licitação, nos casos previstos em lei
- C) não exige licitação, nos casos previstos em lei
- D) prescinde de licitação em qualquer caso
- E) N.D.A.

8. Após regular procedimento licitatório e celebrado o contrato, poderá ser alterado o objeto do contrato de prestação de serviços de limpeza, para serviço de vigilância no caso de a contratada ser empresa especializada também em vigilância e o Poder Pública alegar que o interesse público exige a alteração? Por que se trata

- A) sim, porque se trata de ato discricionário
- B) sim, pelo poder da Administração de alteração unilateral dos contratos
- C) não, porque se trata de serviços técnico especializado
- D) não, pelo princípio da vinculação do edital
- E) N.D.A.

9. Entre as opções apresentadas, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, EXCETO quando houver compatibilidade de horários de:

- A) dois cargos de técnico
- B) dois cargos de engenheiro
- C) um cargo de administrador com outro técnico
- D) um cargo de professor com outro técnico ou científico
- E) um cargo de auxiliar administrativo com outro técnico ou científico

10. Os denominados "gestores de negócio", ou seja, aqueles que espontaneamente, assumem determinada função pública em momento de emergência, como epidemia, incêndio, enchente, etc, são considerados

- A) agentes políticos
- B) servidores públicos temporários
- C) militares
- D) particulares em colaboração com o Poder Público
- E) cargo em comissão

ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

4º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ **RA:** _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. Assinale a alternativa incorreta:

- A) É caso de autotutela permitida pelo direito, a hipótese de prisão em flagrante, artigo 302, do CPP;
- B) É caso de autotutela permitida pelo direito, a hipótese de estado de necessidade, art. 24, do CP;
- C) É caso de autotutela permitida pelo direito, a hipótese de legítima defesa, art. 25, do CP;
- D) A heterotutela no Brasil tem intervenção do Juiz de direito, do Ministério Público e do Delegado de Polícia;
- E) A heterotutela é exercida (tem a intervenção) pelo Estado na figura do Juiz e pelo Arbitro, mas na esfera do Direito Criminal, somente o primeiro atua.

2. Leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – O direito penal é ramo que compõe o direito público.

II – O direito processual penal pode compor o direito público ou o direito privado, dependendo do bem violado.

III – A norma de direito processual penal tem caráter material.

- A) Somente a afirmação III está incorreta.
- B) Somente as afirmações II e III estão incorretas.
- C) Somente as afirmações I e III estão incorretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

3. Assinale a alternativa verdadeira:

- A) Na antiga Grécia o processo penal era realizado por juízes;
- B) Na antiga Roma o processo penal foi unificado para atender tanto os interesses públicos como os privados;
- C) No direito germânico os julgamentos penais eram feitos pelos cidadãos;
- D) No direito canônico ganhou destaque o sistema acusatório, onde a acusação, a defesa e o julgamento são feitos por pessoas diferentes;
- E) N.d.a.

4. Leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – O juizado especial criminal tem competência para o julgamento de crime cuja pena máxima não seja superior a quatro anos.

II – Em sede de juizado especial criminal a materialidade e os indícios de autoria são apurados mediante inquérito policial.

III – A fase preliminar em sede de juizado especial criminal é presidida, via de regra, pelo delegado de polícia.

- A) Somente a afirmação III está correta.
- B) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- C) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

5. Assinale a alternativa falsa:

- A) As leis de organização judiciária são fontes relacionadas à aplicação do direito dia-a-dia em determinados locais;
- B) A lei de Organização Judiciária é considerada secundária se comparada à lei processual, somente podendo ser aplicada de forma subsidiária;
- C) Normalmente uma lei gera seus efeitos durante o seu vigor, que se inicia com o fim do prazo da *vactio legise* termina com a sua revogação (tácita ou expressa);
- D) A aplicação da lei processual penal no tempo segue a regra que "tempus regit actum";
- E) A regra da retroatividade para beneficiar o réu ou a da irretroatividade da lei para não prejudicar o réu, tem aplicação em sede de processo penal.

6. Quanto à aplicação da lei processual penal no tempo, leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – A lei processual nova aplica-se aos processos em curso e aos processos futuros, independentemente do seu objeto ser o julgamento de crimes praticados anteriormente à sua vigência.

II – Em regra, aplica-se os princípios da irretroatividade e da imediatidade.

III – É possível que o legislador preveja que a lei nova não se aplicará a casos já em curso, o que se dá o nome de *ultra-atividade da lei anterior*.

- A) As afirmações I e II estão corretas.
- B) As Afirmações II e III estão incorretas.
- C) As afirmações I e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

7. Assinale a alternativa falsa:

- A) O princípio da legalidade é expressado pela premissa de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei;
- B) O princípio da legalidade se liga ao princípio ministerial da obrigatoriedade;
- C) A regra constitucional, que comporta exceção, é a de que os atos processuais sejam públicos;
- D) O defensor tem direito à acesso a todos os documentos relacionados ao inquérito policial, sem exceção;
- E) O réu tem direito constitucional à ampla defesa, sendo esta exclusivamente a prestada por advogado.

8. Leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Todas as decisões advindas do Poder Judiciário devem ser fundamentadas;

II – Aos necessitados o Estado deve conferir defesa técnica por força do direito fundamental previsto no artigo 5, LXXIV, da CF, sendo certo que no curso do processo se o réu restar indefeso, deverá o juiz nomear-lhe advogado dativo.

III – O princípio da ampla defesa consiste na necessidade de se conferir ao réu todos os mecanismos legais e aptos à realização da impugnação da acusação que lhe é feita.

- A) Somente a afirmação III está incorreta.
- B) As afirmações II e III estão incorretas.
- C) As afirmações I e II estão incorretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

9. Assinale a alternativa falsa:

- A) A Constituição Federal informa que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. Não se admitem exceções para este princípio;
- B) As provas ilícitas (gênero) se dividem em duas espécies: 1) provas ilegítimas, ou seja, aqueles obtidas com violação de regramento processual e 2) provas ilícitas propriamente ditas, cuja obtenção viola regras de direito material.
- C) Pelo princípio do estado de inocência, o réu somente pode ser considerado culpado após um devido processo legal onde são apurados elementos formadores da convicção do juiz. No caso de dúvida deve o réu ser absolvido (princípio do "favor rei");
- D) Apesar do princípio do estado de inocência não impede a prisão do réu antes do trânsito em julgado, desde que observados os requisitos legais para a chamada prisão cautelar;
- E) O princípio do duplo grau de jurisdição estabelece que, de regra, todas as decisões poderão ser reexaminadas por um órgão jurisdicional hierarquicamente superior.

10. Sobre o princípio da presunção de inocência, assinale a alternativa falsa:

- A) Subsiste durante todo o processo e tem o objetivo de garantir o ônus da prova à acusação até a declaração final de responsabilidade penal através de sentença condenatória, da qual não caibam mais recursos;
- B) Não violam Estado de inocência: a prisão em flagrante, prisão temporária e a prisão preventiva;
- C) As providências cautelares têm a finalidade de se garantir a aplicação da lei e a eficácia do pronunciamento judicial final;
- D) São requisitos para a concessão da prisão cautelar, a existência do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*;
- E) São características da prisão cautelar a instrumentalidade; a definitividade; a acessoriedade e a proporcionalidade.